



miguilim

revista eletrônica do netli

volume 10, número 3, set.-out. 2021

UM TEMPO E UM HOMEM SOMBRIO: O ESTADO NOVO E SALAZAR NAS OBRAS DE FERNANDO PESSOA E VALTER HUGO MÃE



A TIME AND A DARK MAN: THE NEW STATE AND SALAZAR IN THE WORKS OF FERNANDO PESSOA AND VALTER HUGO MÃE

Ana Beatriz Abreu de SOUZA
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Carina Marques DUARTE
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AS AUTORAS
RECEBIDO EM 21/04/2021 • APROVADO EM 27/01/2022
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v10i3.3426>

Resumo

A proposta deste artigo é analisar a representação de Antônio de Oliveira Salazar e do Estado Novo no romance *A máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe, e no poema “Antônio de Oliveira Salazar”, de Fernando Pessoa, bem como em alguns ensaios de crítica política escritos pelo poeta. No intuito de explicar tal representação, apoiamos-nos principalmente em textos de historiadores, tais como, Luís Reis Torgal, Fernando Rosas e Maria Inácia Rezola. Serão de grande valia, para a reflexão aqui apresentada, os postulados de Eduardo Lourenço (1976) e Hannah Arendt (2008), principalmente no que concerne à

maneira como os povos lidam com o passado. Valter Hugo Mãe sugere, através do romance e das personagens nele presentes, o modo como os anos de Salazar devem ser lembrados. Mãe descreve pessoas amaciadas pela exaustão e o salazarismo como uma máquina passando por cima dos ombros do povo, uma máquina grande e complexa demais para que pudesse ser percebida no início. Fernando Pessoa, que chegou a tecer elogios a Salazar quando este ocupava o cargo de Ministro das Finanças, deixou, através dos ensaios e da verve satírica, um registro lúcido das mazelas da ditadura.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the representation of Antônio de Oliveira Salazar and the New State in Valter Hugo Mãe novel *A máquina de fazer espanhóis*, and in the poem “Antônio de Oliveira Salazar”, by Fernando Pessoa, as well as in some political criticism essays written by the poet. In order to explain this representation, we rely mainly on texts by historians, such as Luís Reis Torgal, Fernando Rosas and Maria Inácia Rezola. For the reflection presented here, the postulates of Eduardo Lourenço (1976) and Hannah Arendt (2008) will be of great value especially with regard to the way peoples deal with the past. Valter Hugo Mãe suggests, through the novel and its characters, the way in which Salazar's years should be remembered. Mãe describes people softened by exhaustion and Salazarism as a machine passing over the shoulders of the people, a machine too large and complex for it to be perceived at first. Fernando Pessoa, who praised Salazar when he was Minister of Finance, left, through essays and satirical verve, a lucid record of the dictatorship's ills.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Antônio de Oliveira Salazar. A máquina de fazer espanhóis. Memória.

Keywords: Antônio de Oliveira Salazar. A máquina de fazer espanhóis. Memory.

Texto integral

Considerações Iniciais

Em 2007, o ex-ditador português Antônio de Oliveira Salazar, falecido em 1970, recebeu o maior número de votos em um concurso da TV pública portuguesa, que tinha por objetivo escolher “Os Grandes Portugueses”. Salazar – que administrou Portugal com mão de ferro de 1932, ano em que se tornou chefe do Conselho de Ministros, a 1968, quando, por motivo de saúde, foi substituído por Marcelo Caetano – deixou para trás na disputa, entre outros tantos, nomes como os reis D. Afonso Henriques e D. João II e os poetas Luís Vaz de Camões e Fernando Pessoa.

O historiador Luís Reis Torgal (2008), refletindo sobre a eleição de Salazar como o Grande Português de todos os tempos, aponta possíveis explicações para o fato inusitado: o efeito produzido por obras de cunho ideológico e pela propaganda, inclusive a criada de modo eficiente pela máquina¹ do Estado Novo, a memória constituída por clichês, o descontentamento em relação ao momento político português, europeu e mundial, o poder da mídia para criar realidades e,

¹ Secretariado de Propaganda Nacional, dirigido por Antônio Ferro.

sobretudo, a inexistência de uma memória “científica” (TORGAL, 2008, p. 23) sobre Salazar e o salazarismo. Uma vez que não foi construída a memória científica,

[...] ao nível da recepção, vão-se captando os aspectos “bons” de Salazar, esquecendo os aspectos “maus”. Por palavras mais precisas, surge a tendência para amenizar as representações de Salazar e do Estado Novo, ficando na penumbra a análise, necessariamente mais difícil de captar, de uma “história objectiva” (TORGAL, 2008, p. 23).

Diante do exposto e das controvérsias em torno à figura do ditador e ao seu sistema político, a literatura, na sua condição de monumento e também de documento, surge como uma via capaz de ensejar uma reflexão profícua. Por esta razão, selecionamos textos de Fernando Pessoa e Valter Hugo Mãe, portanto, de épocas e gêneros distintos, mas dos quais é possível depreender uma imagem de Salazar e do Estado Novo.

A Representação de Salazar e do Estado Novo

A máquina de fazer espanhóis, de Valter Hugo Mãe, traz a história de Antônio Jorge da Silva, um barbeiro de 84 anos, que ao perder a esposa, Laura, acaba sendo levado para um asilo. Ali, Antônio conhece outros colegas com os quais cria laços, e juntos refletem e compartilham conversas sobre o amor, a velhice e a política do passado, marcada pela repressão do Estado Novo.

Na narrativa são feitas diversas referências ao salazarismo², regime ditatorial conduzido por Antônio de Oliveira Salazar, que, durante 36 anos consecutivos, se manteve como chefe do governo, alcançando um longo período de estabilidade. Essa sólida presença o tornou uma figura importante de poder.

Por meio de Antônio da Silva, narrador autodiegético da obra, os detalhes do cenário político vão sendo descritos conforme se recorda da sua juventude, desde a perda do primeiro filho até o momento em que ajudou um jovem fugitivo, incluindo a opressão da igreja, unida ao regime.

O protagonista revela o conservadorismo da ditadura e como fazia de tudo para seguir os padrões da sociedade tradicional:

[...] nós fizemos tudo pela igreja porque as convenções, à época, eram muito mais rígidas do que aquilo que a frescura da nossa juventude nos permitia almejar. Ainda nos marcavam as heranças castradoras de uma educação com idas à missa, mas sobretudo, uma dificuldade em cortar com o que os outros esperariam da nossa conduta (MÃE, 2019, p. 93).

O testemunho do narrador-protagonista nos remete imediatamente ao aforismo 116, do livro *A gaia ciência*, no qual Nietzsche (2012) discorre acerca do instinto de rebanho. De acordo com o filósofo, uma moral pressupõe sempre

² O salazarismo é o segundo momento do Regime Militar, o qual está dividido em três partes: a Ditadura Militar (1926-1933), o Estado Novo salazarista (1933-1968) e o que Fernando Rosas chamou de “a ponta final do marcelismo” (ROSAS, 2013, p. 13).

avaliação e hierarquização dos impulsos humanos, estas, por seu turno, expressam as necessidades do grupo, do rebanho. “Com a moral o indivíduo é levado a ser função do rebanho e a se conferir valor apenas enquanto função” (NIETZSCHE, 2012, p. 132). Desse modo, a moral pressupõe uma coerção, à qual o indivíduo se submete para evitar o desprazer. Temendo o olhar reprovador da sociedade, Antônio, na juventude, se submete às imposições e evita destoar dos padrões de comportamentos.

Anos mais tarde, ao fazer uma avaliação do passado, Antônio conta sobre a hipocrisia da Igreja e dos crentes e desabafa, revelando que, ao perder o primeiro filho, não recebeu nenhuma ajuda. Apenas uma prece fora feita. E mesmo em uma situação de sofrimento, a imagem de Salazar se fez presente sem contribuir, entretanto, para minorar a dor do protagonista:

[...] e esperaram que deus, ou o peter pan, entrasse na minha vida com explicações perfeitas sobre o que sucedera, esperaram que a vida se prezasse ainda, feita de dor e aprendizagem, feita de dor e esperança, feita de dor e coragem, feita de dor e cidadania, feita de dor e futuro, feita de dor e deus e salazar (MÃE, 2019, p. 97).

Através das memórias trazidas à tona pela personagem principal e por personagens secundárias, que vivenciaram o salazarismo, podemos entender a visão de cada uma sobre o papel da Igreja na ditadura.

Em uma conversa com outros idosos do asilo, no capítulo 10, o Silva da Europa critica a relação da igreja com a política de Salazar. A personagem afirma que a instituição religiosa era tão opressora quanto o regime: “[...] uns filhos da mãe, a igreja é uma instituição pançuda que se deixou confortavelmente sentada ao lado de Salazar [...]” (MÃE, 2019, p. 128).

Anísio, outra personagem, esclarece qual era a posição da Igreja em relação a Salazar, confirmando a aliança existente e as semelhanças nos procedimentos. A lógica da Igreja era a de oprimir, assim como a do salazarismo: “[...] como sempre, dizia anísio, sempre do lado dos opressores porque toda a lógica da igreja é opressora, não conhecem outra linguagem” (MÃE, 2019, p. 128).

Os vínculos da Igreja com a ditadura foram visíveis e enfatizados por estudiosos. Nesse sentido, a historiadora Maria Inácia Rezola afirma que havia entre ambos “[...] uma sintonia de posições patente no lema do regime *Deus, Pátria, Autoridade, Família* [...]” (REZOLA, 2012, p. 11) e que o fato de Deus vir primeiro confere relevo ao papel da religião, um dos alicerces do governo.

Além de Rezola, Luís Reis Torgal, um dos mais renomados historiadores portugueses, também destaca o lema da ditadura:

Portanto, se alguma acção política teve Salazar durante a Primeira República foi a de militante católico, razão por que se tem confundido a sua posição de estadista – de um Estado “laico” que, todavia, era apoiado pela Igreja e que tinha como uma das divisas orientadoras “Deus, Pátria, Família”, que terá sido inspirada pela fórmula do brasileiro Afonso Pena, “Deus, Pátria, Liberdade, Família” (TORGAL, 2018, p. 25).

Dessa forma, foi estabelecida uma relação de mútuos benefícios entre as instituições, as quais, através do conluio, controlavam a população. Um exemplo de ação opressiva e exploratória, firmada pelas esferas políticas e religiosas, é encontrada no incentivo de romantizar a pobreza dos portugueses:

[...] que melhor discurso pode haver para os padres do que a promoção da beleza de se ser pobrezinho, a promoção da beleza de se ser pobrezinho, é um casamento perfeito, o político que gosta dos pobrezinhos e os mantém pobrezinhos, com a igreja que gosta dos pobrezinhos e os mantém pobrezinhos (MÃE, 2019, p. 150).

Maria Inácia Rezola caracteriza a relação do governo com a Igreja como benéfica para ambas as partes, definindo a parceria, que tinha na romantização da pobreza um dos sustentáculos, nestes termos: “[...] estabelecimento de uma ampla e íntima aliança entre a Igreja e o salazarismo. Esta estreita colaboração traduz, na prática, um pacto de mútuas compensações e benefícios, cujos termos exactos nem sempre é possível precisar [...]” (REZOLA, 2012, p. 13).

Em *Origens do totalitarismo*, Hannah Arendt (2013) também define como aliança a relação da Igreja com o Estado português durante a ditadura. Não resta dúvida de que os dois lados colhiam louros da associação, já que, de certa forma, buscavam o mesmo objetivo: controlar o povo português. Contudo, vale ressaltar que, mesmo a Igreja Católica sendo respaldada pelo governo, seu alcance possuía limites. O Estado Novo ajudou o catolicismo a voltar para uma posição de destaque, mas sem permitir que interferisse em muitos assuntos políticos. Salazar fizera questão de limitar as ações religiosas, o que não incomodou a Igreja, que aceitara as fronteiras em troca de possuir uma posição respeitosa:

É obvio que, desde o início, Salazar estabelece limites à acção e intervenção da Igreja, determinando um regime de separação e delineando, cuidadosamente, as respectivas esferas de influência. Mas as garantias e benefícios de que podia usufruir na nova conjuntura eram evidentes, levando a Igreja a renunciar à actividade política e sindical própria e a empenhar-se no fortalecimento da nova ordem (REZOLA, 2012, p. 20).

Ao falar sobre o batismo dos seus filhos, o protagonista do romance mostra o quanto a Igreja oprimia os que não seguiam as regras religiosas:

[...] porque tinha baptizado os filhos e tinha emudecido os meus protestos, naquele tempo, quem não fosse baptizado não valia de muito na sociedade e haveria de ser rejeitado em inúmeras oportunidades, nós fomos molhar a cabeça dos filhos à igreja para que os deixassem em paz, convictos de que mais tarde poderiam secar essa água da cabeça se quisessem, como afinal fizéramos também (MÃE, 2019, p. 145).

Antônio também indica a visão de Salazar sobre o povo português:

[...] e ele pensava que éramos de facto todos inertes e cordeiros, obrigados às manifestações de louvor e proibidos de contestação, o salazar pensava, na verdade, que na pior das hipóteses eram todos como eu, um pai de família acima de tudo, cuja maior rebeldia seria abdicar da igreja (MÃE, 2019, p. 145).

As palavras do idoso, nos dois últimos excertos, além de apontarem que o ditador esperava do povo a passividade, a obediência cega, revelam que as suas ações (de Antônio) eram motivadas pelo temor ao julgamento do grupo, o que nos faz recordar novamente o “instinto de rebanho” mencionado por Nietzsche (2012). Na moralidade de rebanho, o valor do indivíduo é determinado pela sua capacidade de enquadramento nos padrões definidos pela sociedade. E a sociedade portuguesa era predominante católica. Rezola afirma que, “[...] de acordo com o 2o Recenseamento Geral da População, de 1940, 93% dos portugueses professavam a religião católica. É verdade que, nas décadas seguintes, esta percentagem se eleva, atingindo os 97% em 1950 e os 98% dez anos depois [...]” (REZOLA, 2012, p. 15).

Antônio faz uma crítica ao novo mundo sem fascismo. Sem a opressão do governo e da Igreja, como método de “policiamento” interno, só resta confiar na humanidade que, para ele, é igualmente gananciosa: “[...] estamos a fazer tudo errado agora, sem valores, sem medo da igreja, sem um fascismo que nos regule o voluntarismo” (MÃE, 2019, p.204).

Havia a necessidade de uma figura paterna para Portugal, alguém que, de certa forma, cuidasse da nação, assim como um pai cuida de seus filhos, dizendo-lhes o que fazer e ditando instruções para serem seguidas por todos. Torgal afirma que “[...] todas desejavam um ‘Chefe’ e o Chefe, contra a opinião de alguns que continuaram a sua luta, à procura de ‘outro’, surgia finalmente na figura de um homem com aparência conservadora, Salazar” (TORRAL, 2008, p. 4). A partir do momento que a figura dominante do “Chefe” caiu, o povo, acostumado a ser liderado, não soube o que fazer e como se organizar. É o que sugere a avaliação do protagonista de *A máquina de fazer espanhóis*.

Apesar da sensação de organização e “cuidado”, trazida pelo líder e por suas regras, a opressão sofrida por quem não as seguia marcou o tempo. Nesse sentido, Antônio conta que em um fim de tarde normal de trabalho, alguns minutos antes de encerrar o expediente e fechar sua barbearia, um homem desesperado entrou em seu estabelecimento. O capítulo 12 já começa marcando a data e descrevendo o momento: “[...] terça-feira, dia cinco de setembro de mil novecentos e sessenta e sete. uns minutos antes de fechar a barbearia, já a luz apagada e o chão varrido, um homem assustado entrou por ali dentro e fitou-me.” (MÃE, 2019, p. 143).

Antônio decide esconder o homem desconhecido, mesmo sem saber o motivo de sua fuga. Em seguida, descobrimos não só o motivo de fuga, mas também quem é o jovem escondido na barbearia:

[...] eu olhei para aquele homem que ali se pôs diante de mim, emudecido de medo, e indiquei-lhe o compartimento interior da barbearia, onde arrumava vassouras e panos velhos, baldes e outras tralhas, o homem imediatamente entrou e ali se agachou calado a fazer silêncio, a silenciar os pulmões aflitos, uns segundos

depois, apenas uns breves segundos depois, os temíveis predadores chegaram àquele troço da rua (MÃE, 2019, p. 143).

Antônio se vê diante dos policiais do regime, por ele alcunhados de “temíveis predadores” e “pides” (MÃE, 2019, p. 143), que perseguiram aqueles cujo discurso destoava do governo. Os policiais procuravam o jovem fugitivo escondido na barbearia, um oposicionista que chamara a atenção. Interrogam Antônio por alguns minutos na entrada de seu estabelecimento, perguntando se havia visto alguém passar por ali, e ao longo da conversa o protagonista tenta se manter calmo:

[...] o pide fungou e perguntou-lhe, o senhor já vai embora, eu rodei a chave, rodei a chave para que ficasse mais longe de voltar a entrar no meu estabelecimento, rodei a chave com uma tremura ínfima nos dedos mas um medo grande, e dei um passo atrás, o pide encarou-me novamente, eu cumprimentei-o, boa noite, senhor, e ele respondeu, boas noites, como se estivesse quase convencido, o estupor, depois tomou uma atitude e gritou, espere, eu parei, voltei-me para o encarar e respondi, sim. perguntou-me, não percebeu por aqui um sujeito em fuga. um sujeito, repetiu ele perante o meu silêncio, não, senhor, falei por fim, não vi ninguém (MÃE, 2019, p. 144).

Percebe-se o medo de Antônio ao se deparar com a situação, pois, não só estava escondendo o homem por quem os “pides” procuravam, mas também mentia para eles, correndo o risco de ser considerado cúmplice e de atrair para si a fúria da polícia do regime. Caso isso acontecesse, sua família, que, para a personagem, era o mais importante, seria prejudicada.

No decorrer da narrativa, Antônio faz uso da ironia ao falar sobre as “realizações” do ditador, que mascaravam o lado obscuro do governo. Tais atos diziam respeito à construção de estradas e pontes, além de criancinhas serem ensinadas a cantar músicas patrióticas, uma referência clara à Mocidade Portuguesa:

[...] ai as glórias de salazar, eram tão grandes as pontes e longas as estradas, eram tão bonitas as criancinhas a fazerem desporto e a cantarem letrinhas patrióticas, parecíamos um grande cenário de legos, pobrezinhos mas tão lavadinhos por dentro e por fora, a obedecer, divirtam-se, gentes da minha terra, não é desgraça ser pobre (MÃE, 2019, p. 146).

Todos os jovens deviam fazer parte da Mocidade Portuguesa, instituição criada em 1936, com o objetivo de desenvolver, desde cedo, um tipo de devoção patriótica. A historiadora Maria Inácia Rezola assim descreve a organização:

[...] se apresenta como “nacional e pré-militar”, destinada a estimular “o desenvolvimento integral” dos jovens, em termos de “capacidade física”, “formação do carácter” e “devoção à Pátria”,

colocando-os “em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa. (REZOLA, 2012, p. 14).

Uma vez que a instituição atendia às camadas mais jovens, Valter Hugo Mãe representa de forma irônica a “beleza” das criancinhas ao cantarem as “letrinhas patrióticas”. Tudo era muito sistemático e robótico, já que o programa era algo forçado e tinha por objetivo inculcar nos pequenos o amor à pátria, a devoção ao ditador, a disciplina e o senso de obediência. Em síntese, o propósito da Mocidade Portuguesa, como se pode derivar a partir do discurso da personagem do romance e das considerações da historiadora, era formar corpos dóceis aptos a servir, sem questionar, ao sistema. Para tanto, convinha, também, a propagação em massa, por todas as camadas da sociedade – e desde a escola – de uma imagem fabricada de Salazar.

Depois que Antônio volta, no outro dia, para abrir a barbearia e ver o homem que estava escondido, eles se tornam amigos. O jovem de vinte e um anos, que fazia parte da oposição ao regime, frequentou a barbearia por muitos anos e enchia a cabeça do proprietário do estabelecimento de propaganda antifascista. Em uma de suas falas, o jovem revela seu parecer sobre o governo de Salazar:

[...] senhor silva, é preciso que se suje o nome de salazar para todo o sempre, é preciso que o futuro lhe reserve sempre a merda para significado, para que os povos se recordem como foi que um dia um só homem quis ser dono das liberdades humanas, para que nunca mais volte a acontecer que alguém se suponha pai de tanta gente, este tem de ser um nome de vergonha, o nome de um porco, para que ninguém, para a esquerda ou para a direita, volte a inventar a censura e persiga os homens que têm por natureza o direito de serem livres (MÃE, 2019, p. 150).

O discurso do opositor indica a necessidade imperiosa de que seja construída uma memória coletiva³ acerca dos atos do ditador e das perseguições levadas a efeito pelo regime, o que, entretanto, não aconteceu, ao menos não no teor defendido pelo rapaz. É o que demonstra Torgal (2008) ao abordar o esquecimento em torno das ações obscuras de Salazar. Para o historiador, há uma tentativa de amenizar a representação do ex-chefe de Estado, tornando-o mais suave e menos violento. O estudioso destaca a participação da mídia na disseminação da imagem “paternal” do ditador e afirma que nem mesmo a “revolução dos cravos”, datada de 25 de abril de 1974, foi capaz de erradicar a representação de Salazar e do seu governo em Portugal. Resultado de uma

³ Maurice Halbwachs (2006) afirma que as nossas recordações provêm de vários âmbitos entre os quais está o social. Nesse sentido, as lembranças trazidas por um indivíduo nunca são apenas suas, posto que a consciência não existe encerrada em si, mas inserida em um grupo. Assim, todo indivíduo participa de dois tipos de memórias: a memória pessoal ou individual, que interessa apenas ao sujeito, e a memória coletiva, que diz respeito às lembranças comuns ao grupo ao qual pertence. De acordo com Halbwachs, nós podemos falar de memória coletiva quando recordamos um fato “que tivesse lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora quando o recordamos do ponto de vista desse grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 41). Apesar de sujeita a mudanças, consoante às alterações na sociedade, a memória coletiva expõe ao grupo um quadro do passado, que, ao ser contemplado pela coletividade, funciona como meio de reconhecimento.

excelente rede de propagandas, rede essa conduzida por António Ferro, jornalista de direita e depois director do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo, tanto em Portugal quanto em outros países. Tudo isso ajudou na propagação da imagem de um Salazar mais suave e bondoso:

Assoma assim a ideia de um Salazar humanizado, um pouco distante das paixões da terra, mas com a sensibilidade voltada para os pequenos prazeres, mesmo seduzido e sedutor nos meios femininos, um Salazar paternal, integrado num meio pequeno, mas “digno”, severo, mas honesto e contrário ao esbanjamento (TORGAL, 2008, p. 23).

Defensor do direito inalienável dos cidadãos à liberdade, o jovem opositor do romance de Valter Hugo Mãe revela inconformismo com as privações impostas pela ditadura. No que concerne ao tolhimento da liberdade dos cidadãos, Fernando Pessoa apontou o assunto em uma de suas obras. No poema “Antônio de Oliveira Salazar”, o autor faz um protesto contra as ações do ditador:

António de Oliveira Salazar.
Três nomes em sequência regular...
António é António.
Oliveira é uma árvore.
Salazar é só apelido.
Até aí está bem.
O que não faz sentido
É o sentido que tudo isto tem.

.....
Este senhor Salazar
É feito de sal e azar.
Se um dia chove,
A água dissolve
O sal,
E sob o céu
Pica só azar, é natural.
Oh, c'os diabos!
Parece que já choveu...

.....
Coitadinho
do tiraninho!
Não bebe vinho.
Nem sequer sozinho...
Bebe a verdade
E a liberdade.
E com tal agrado
Que já começam
A escassear no mercado.
Coitadinho
Do tiraninho!
O meu vizinho
Está na Guiné
E o meu padrinho

No Limoeiro
Aqui ao pé.
Mas ninguém sabe porquê.
Mas enfim é
Certo e certo
Que isto consola
E nos dá fé.
Que o coitadinho
Do tiraninho
Não bebe vinho,
Nem até
Café.

(PESSOA, 1979a, p. 349).

É possível estabelecer uma analogia entre o discurso do jovem e o poema satírico de Pessoa, uma vez que ambos sugerem o cerceamento da liberdade: “Bebe a verdade / E a liberdade” (PESSOA, 1979a, p. 349). Assim como Salazar bebe o vinho até acabar, ele também rouba o direito do povo ao acesso à verdade e à liberdade através do controle imposto e pelo medo.

No final da primeira estrofe, depois de explicar os três nomes do ditador, Fernando Pessoa diz que não entende justamente o sentido que esse nome tem. Ele relaciona cada um dos nomes com alguns elementos, mas, depois, procura qual seria a coerência de todos eles juntos: “O que não faz sentido / É o sentido que tudo isto tem” (PESSOA, 1979a, p. 349). Pessoa sugere que a sua percepção em relação ao governo não coincide com a do povo português. O poeta não entende o motivo de todos ainda enxergarem Salazar como uma figura justa e respeitosa, enquanto ele, já consciente, concebe-o como um homem frio e incapaz de governar.

Com o propósito de explicar o sentido ainda da primeira estrofe, o poeta faz um trocadilho com o sobrenome Salazar: “Este senhor Salazar / É feito de sal e azar” (PESSOA, 1979a, p. 349). No caso, o sal que se dissolve com a chuva, permitindo apenas a propagação do azar. Logo depois, Pessoa faz questão de dizer que a chuva já veio e dissolveu o sal – “Oh, c’os diabos! / Parece que já choveu...” (PESSOA, 1979a, p. 349) – o que possibilita o entendimento de que o azar – o poder nas mãos de Salazar – seria o único presente.

É um poema de protesto contra o salazarismo, onde o autor usa do humor satírico para externar a sua aversão ao governo. Ele mostra sarcasmo ao se referir ao chefe de estado nos seguintes versos, ironizando com as chamadas diminutivas: “Coitadinho / Do tiraninho!” (PESSOA, 1979a, p. 349). Na última estrofe, Pessoa sugere que o que consola é Salazar não ter prazer com as coisas boas, ou seja, não experimentar certos prazeres da vida, como o vinho e o café.

Fernando Pessoa ainda faz referência à prisão de Limoeiro, que foi o principal estabelecimento prisional de Lisboa, e o principal sistema penal de Portugal na época do regime e à Guiné, destino de alguns exilados.

Antes de chegar à opinião revelada no poema, o criador dos heterônimos passou por um processo. Assim, no texto “Sim, sou situacionista. Mas vamos lá a uma coisa...”, datado de 1928, define as três maneiras de ser situacionista: a) a conformidade por doutrina: o partidário concorda com a política da situação aderida; b) conformidade por aceitação: o partidário confia na situação, sem aderir

ao programa completamente, mas evita colocar pontos doutrinários; c) conformidade por indiferença: o partidário adere por não hostilizar. O poeta afirma ser situacionista por aceitação e explica o motivo, dizendo que não discute problemas políticos. Sua confiança no governo é instintiva, mas não irracional.

Fernando Pessoa ainda diz confiar no Professor Salazar por um motivo primário e dois secundários. O motivo primário estaria relacionado às qualidades notáveis que o ex-catedrático possuía e que faltavam ao português: a clareza firme da inteligência e a firmeza clara da vontade. Os motivos secundários seriam: a) o autor afirma que agora tem notado coisas que são realmente feitas e que antes não eram executadas, o que diz respeito a questões práticas, como obras, e ao fato de Salazar ter trazido aos portugueses um ideal nacional ou, ao menos, a pretensão de tê-lo. Esse “ideal nacional” (PESSOA, 1993c, p. 217) é indissociável da ideia de um Portugal uno e indivisível, que, na década de 1960, levaria o país à Guerra Colonial; b) o segundo motivo secundário seria o aumento do prestígio no exterior.

Por fim, o poeta revela que confia apenas por confiar e afirma que, se for questionado acerca das resoluções tomadas por Salazar, não sabe justificá-las, pois nada entende de finanças. Salienta, contudo, que, além de situacionista, é um homem livre e um liberal; logo, tolerante às ideias alheias.

O fato de o texto ter sido escrito em 1928 torna compreensível o tom ameno do poeta, haja vista que, por esta época, obras estavam sendo feitas e Salazar organizava as finanças portuguesas. Nesse sentido, as palavras do criador dos heterônimos refletem o sentimento de confiança experimentado pela maioria da população.

Mais tarde, no ensaio “O Prof. Salazar tem, em altíssimo grau, as qualidades secundárias...” (1935), Fernando Pessoa afirma que Salazar é um arrumador. As pessoas são como gavetas e Salazar poderia ser como um mordomo de Portugal. Assim, podemos entender que Pessoa define Antônio de Oliveira Salazar como uma pessoa prática e fria. Além disso, suspeita de sua inteligência emocional ao lidar com os portugueses: “Faltam-lhe os contactos com todas as vidas” (PESSOA, 1993b, p. 222). Para o poeta, o chefe do governo possuía uma inteligência lúcida e precisa, sem ser dotado, contudo, da inteligência criadora. Ele é inteligente, mas sem qualquer traço emocional: “É sempre e em tudo um contabilista, mas só um contabilista. Quando vê que o país sofre, troca as rubricas e abre novas contas. Quando sente que o país se queixa, faz um estorno [...]” (PESSOA, 1993b, p. 222). Segundo Fernando Pessoa, Salazar é um contabilista; tira e põe quando acha necessário, apenas para parecer que faz algo, e mantém seu governo girando em torno disso, da contabilidade. Por conseguinte, os portugueses assistiam “à cesarização de um contabilista” (PESSOA, 1993b, p. 222). É possível notar, pela frase que remata o texto, o desagrado do poeta com a orientação autoritária do governo.

Outro texto também escrito por Fernando Pessoa é a “Carta ao Presidente da República – d”. Dessa vez, a opinião do poeta é totalmente avessa ao governo, pois critica a incapacidade de Antônio de Oliveira Salazar para governar: “[...] deixou que o quisessem alçar a um pedestal onde mal se acomoda, a um trono onde não sabe como sentar-se” (PESSOA, 1993a, p. 231).

O poeta afirma que o lugar de Salazar não é ali e que ele conseguiu alcançá-lo não por mérito próprio, mas às custas de outros. Dessa forma, podemos ver que

o autor foi se aproximando gradativamente da opinião apresentada no poema e que o pensamento de antes, de aprovação ao governo e elogios ao Ministro das Finanças, mudou para completo repúdio. Fernando Pessoa, aos poucos, reconhece o despreparo de Salazar para ocupar o lugar de presidente do Conselho de Ministros, percebe que está diante de um governo opressor e volta atrás na decisão apoiadora que antes entregava ao dirigente político.

O texto data de 1935, ano da morte do poeta. À essa altura, Salazar já era presidente do Conselho de Ministros, e o Estado Novo, com seus mecanismos repressores – entre os quais estava a PVDE (mais tarde, em 1945, transformada em PIDE) –, já havia sido implantado.

Importa referir, ainda, que Fernando Pessoa abominava a censura imposta pelos militares, tanto que, como salienta Barreto (2013), em 1927, chegou a escrever um poema satírico intitulado “Fado da Censura”. Além do desagrado com o regime instaurado em 1926, o poeta revelava considerá-lo o resultado do desejo de imitar a ditadura de Primo de Rivera na Espanha. Em 1928, em “O Interregno”, o criador dos heterônimos, depois de elencar as três bases possíveis de governo – a força, a autoridade e a opinião –, afirma que um governo que se apoie predominantemente na força existiria apenas em sociedades bárbaras, nas semibárbaras e nos momentos ditatoriais das sociedades civilizadas. A esse tipo de governo, necessário apenas, segundo Pessoa (1979b), em caso de revolução ou guerra civil, deveria suceder um governo de autoridade. Contudo, este tampouco deveria durar para sempre, sendo imprescindível a sua substituição por um governo de opinião.

Fernando Pessoa é considerado, por alguns estudiosos, um pensador reacionário, rótulo derivado, em larga medida, da autodefinição antidemocrática. Entretanto, o poeta – que, aliás, sempre foi um crítico do fascismo italiano – nunca defendeu o Estado Novo, em relação ao qual foi adotando progressivamente uma postura crítica até a ruptura definitiva no início de 1935. A este propósito, cabe considerar que o rompimento com o governo de Salazar ocorreu na sequência (e apesar) da atribuição do Prêmio Antero de Quental ao livro Mensagem.

José Barreto (2013) comenta que Fernando Pessoa não compareceu à festa de premiação, ocasião em que Salazar proferiu um discurso de elogio à censura e em defesa da imposição de normas políticas aos escritores, alcunhando os intelectuais resistentes de “sonhadores nostálgicos do abatimento e da decadência” (BARRETO, 2013, p. 120). A contrariedade do grande nome do Modernismo português com as palavras e as ações do ditador não passaria despercebida, uma vez que Pessoa chegou a assinar um poema satírico, empregando ironicamente a alcunha atribuída pelo mandatário.

Retornando ao romance de Valter Hugo Mãe, no capítulo 15, Antônio recorda o parecer que havia escutado enquanto cortava o cabelo do jovem opositor. Ainda nesse trecho, é possível ver o arrependimento do protagonista em relação ao seu comportamento na época:

[...] o salazar foi como uma visita que recebemos em casa de bom grado, que começou por nos ajudar, mas que depois não quis mais ir-se embora e que nos fez sentir visita sua, até que nos tirou das mãos tudo quanto pôde e nos apreciou amaciados pela exaustão, a maioria silenciosa terá de emergir um dia, dissera-me por outras

palavras o estudante comunista, tudo era para que não praticássemos cidadania nenhuma e nos portássemos apenas como engrenagem de uma máquina a passar por cima dos nossos ombros, complexa e grande demais para lhe percebermos o início, o fim e o fito de cultivar a soberba de um só homem, tudo contribuía para essa cidadania de abstenção, para que apenas a recebêssemos por título/honorífico enquanto prosseguíssemos sem manifestação, como se humilham as mulheres enquanto homens honorários, nós éramos gente exclusivamente por generosidade do ditador, portei-me como tal. um mendigo de reconhecimento e paz. fui, como tantos, um porco (MÃE, 2019, p. 187).

Nesse trecho, o jovem expõe a sua opinião sobre como Salazar deve ser lembrado com o passar dos anos. A personagem explica que a única maneira de evitar a repetição de um tempo sombrio é guardando na memória de todos o autoritarismo do governo, o silenciamento da população e a negação do direito de praticar a cidadania. Ele acrescenta a ideia de que o ditador tratou os portugueses como peças de uma máquina. Todos eram como engrenagens de um mecanismo que sobrevivia do cansaço de cada um, com o objetivo de deixá-los sem forças para resistir, para que, assim, se tornassem facilmente controláveis sem disposição para qualquer tipo de manifestação.

Tempos depois, Antônio entrega o jovem aos pides, mas não sem antes passar por um interrogatório violento em sua própria casa, tendo ainda ao seu lado Laura, que escutava tudo com o semblante aterrorizado. E é justamente isso que pesa na decisão de entregar o jovem: o medo de prejudicar os filhos e a esposa faz com que ele não pense duas vezes antes de se colocar em primeiro lugar. Entretanto, a consciência do risco que corria não resulta na diminuição do arrependimento, apesar de transcorridos anos. O protagonista não se culpa por proteger a família, mas por ter condenado o jovem à morte.

Fernando Rosas (2013), ao tentar entender o fenômeno da durabilidade da ditadura salazarista, comenta que embora o regime tivesse o apoio da oligarquia, não é verdade que tenha tido o apoio da maioria dos integrantes das classes intermédias, dos profissionais liberais, dos trabalhadores da pequena e média indústria, do comércio, dos funcionários públicos, dos intelectuais e dos estudantes. Principalmente entre a pequena burguesia urbana, o apoio ao regime foi mais restrito e pouco espontâneo⁴. Controlar os setores superiores das classes intermédias era fundamental para a sustentação do regime, já que as camadas mais pobres da população colocavam-se sempre no polo oposto à oligarquia,

[...] numa hostilidade permanente ao regime, surda, na melhor das hipóteses, particularmente ativa e decisiva, nas épocas de crise.

⁴ Fernando Dacosta (2010) comenta que parcelas diversificadas da sociedade portuguesa contestaram o Estado Novo desde o início e repudiaram as ações de Salazar, que, todavia, conseguiu vencer todas as resistências, pois “uma eficiente máquina controladora é, entretanto, montada. Prisões, torturas, assassínios, exílios, desterros, generalizam-se contra os discordantes. Os comunistas organizam-se e clandestinizam-se. O regime transfere a repressão (“um safanão dado a tempos”, segundo as palavras de Salazar) das ruas para os calabouços, das multidões para os indivíduos” (DACOSTA, 2010, p. 18).

Quando o regime não conseguia agarrar-se às classes médias, e elas se juntavam às classes populares intermédias e ao mundo operário contra a ditadura (como nas grandes crises do fim da guerra e do delgadismo e as suas sequelas), este tremia nos seus fundamentos (ROSAS, 2013, p. 15-16).

Para Fernando Rosas, a grande questão é saber como o regime conseguiu conter, neutralizar ou até convencer os setores maioritários das classes intermédias urbanas.

De acordo com o historiador, alguns elementos foram determinantes para a sustentação da ditadura: a violência preventiva e repressiva, as Forças Armadas, a Igreja Católica, o corporativismo, a composição dos interesses dominantes, a apetência totalitária e o homem novo salazarista.

No tocante à violência, Rosas afirma:

A repressão é a resposta para a minoria que não respeita os sinais, as regras explícitas ou implícitas, as rotinas do enquadramento, da submissão, da conformação à ordem estabelecida. Para a maioria que é levada a obedecer, basta que se saiba que a repressão existe e que actua sobre os infractores (ROSAS, 2013, p. 17).

Antônio revela seu medo de voltar ao tempo de Salazar, época em que tudo e todos eram controlados e ele, fazendo parte da maioria, acabava sendo levado a obedecer:

[...] que medo o de voltarmos ao tempo de uma polícia para costumes e convicções, que medo se voltamos a temer os vizinhos e os vizinhos nos puderem entregar por ideias contrárias, que medo se nos entra outro filho-da-puta no poder, a censurar tudo quanto se diga e a mandar que pensemos como pensa e que façamos como diz que faz (MÃE, 2019, p. 204).

O protagonista dá um testemunho sobre a vida no Portugal governado por Salazar e descreve o medo que, à época, sentia, medo não só do governo, mas das próprias pessoas que viviam ao seu redor. O temor de ser denunciado por qualquer comportamento suspeito tomava conta dos pensamentos e controlava as suas ações. Por esse motivo, segundo a personagem, o retorno da ditadura deve ser repudiado.

Antônio, assim como outras personagens, deixa clara a aversão ao período ditatorial e revela desgosto ao tomar consciência dos seus atos na época. Os pesadelos – nos quais as mãos aparecem sujas de sangue – indicam o quanto o protagonista é atormentado pelo passado: “[...] acusavam-me de matar as pessoas, de entregá-las para a morte, de não querer ser português. De suspirar pela morte para não ter de pagar pelos meus crimes” (MÃE, 2019, p. 246). Apesar do sofrimento causado pelas lembranças, Antônio rejeita o esquecimento e a inconsciência.

Considerações Finais

Entre as razões para que Salazar, apesar de ter sido responsável pela condução de um governo ditatorial, fosse eleito “o Grande Português”, através do voto dos telespectadores, está a inexistência daquilo que Torgal (2008) chama de memória científica e de uma memória coletiva firmemente constituída e imune ao abrandamento.

Vimos que Torgal (2008) menciona o processo de “suavização” do fascismo português, suavização esta causada pela mídia com o objetivo de amenizar as ações ruins do salazarismo, levando-as ao esquecimento. Eduardo Lourenço, em 1976, portanto, muito antes de Torgal, já havia destacado a indiferença do povo em relação a esse período sombrio da história portuguesa. Nem mesmo a Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), que fora o movimento responsável pela queda de Salazar, mostrou-se suficiente para desconstruir a imagem do ditador.

No artigo “O fascismo nunca existiu”, Lourenço afirma que, em Portugal, as coisas não existem em si, elas acontecem entre as pessoas ou nas pessoas, sem suscitar atenção. Tal ocorre porque os indivíduos vivem de modo automático, inconsciente. Assim:

Dia 25 de abril, um país quase inteiro descobre estupefacto e incrédulo que acabara de passar quarenta anos sob um regime político opressivo que recebe então, em escala popular, o epíteto infamante de fascista. Um certo número de imagens da nova televisão liberta (células de tortura, confissões de presos políticos) ofereceram nessa altura um suporte sensível a tão tardia e acabrunhante revelação. Mas o traumatismo salutar e o acesso de lucidez não tiveram muito tempo para se enraizar (LOURENÇO, 1976, p. 177-178).

Uma vez que não houve o enraizamento do trauma – que, aliás, é considerado salutar porque tornaria os indivíduos conscientes – o país perdeu, no entendimento de Eduardo Lourenço (1976), a oportunidade de construir a memória coletiva e de refletir sobre uma época tão sombria quanto longa da sua história.

Essa “amnésia” popular não é exclusiva do povo português. Hannah Arendt (2008) faz uma análise sobre o nazismo e o comportamento dos alemães ao lidar com o passado e salienta que só é possível enfrentá-lo se sua existência for reconhecida, incluindo os danos causados nesse espaço de tempo.

Na obra *Homens em tempos sombrios*, Hannah Arendt comenta que tem havido muita discussão acerca da tendência de se agir como se os anos entre 1933 e 1945 nunca tivessem existido, como se esse período da história alemã e europeia pudesse ser elidido dos manuais de história, “[...] como se tudo dependesse de esquecer o aspecto ‘negativo’ do passado e reduzir o horror à sentimentalidade [...]” (ARENDR, 2008, não paginado). A estudiosa afirma que a dificuldade dos alemães em lidar com o passado talvez possa ser explicada pelo clichê “o passado não foi dominado”, todavia, adverte que é impossível dominar o passado da Alemanha hitlerista, e o máximo que se pode fazer é saber como ele foi e suportar esse conhecimento.

O enfrentamento com o passado, o reconhecimento da sua existência, só ocorre quando ele é experimentado uma segunda vez, através da memória. Tal

operação, entretanto, demanda tempo. Mas é o impacto trágico dessa repetição em lamento que estabelece o sentido, das ações e dos eventos, que entra para a história.

Arendt (2008) enfatiza que tanto quanto seja possível algum domínio do passado, ele advém da capacidade de contar o que aconteceu. Entretanto, o relato não alivia o sofrimento, o que é perceptível no protagonista do romance de Valter Hugo Mãe. Antônio é a “consciência individual”, o “homem-memória” (NORA, 1993, p. 18), que se encarrega das lembranças, suporta a dor provocada pela culpa e confronta a sua identidade por meio da recordação e do relato. A propósito deste último, Arendt comenta que “[...] o poeta, num sentido geral, e o historiador, num sentido muito específico, têm a tarefa de acionar esse processo narrativo e de envolver-nos nele [...]” (ARENDR, 2008, não paginado).

Valter Hugo Mãe (2019) sugere, através do romance e das personagens nele presentes, a maneira como os anos de Salazar devem ser lembrados. Mãe descreve pessoas amaciadas pela exaustão e o salazarismo como uma máquina passando por cima dos ombros do povo, uma máquina grande e complexa demais para que pudesse ser percebida no início.

O tardar ou não para distinguir o cunho autoritário de um governo nos leva a Fernando Pessoa, que apesar de ter tecido elogios a Salazar quando o ex-catedrático ocupava o cargo de Ministro das Finanças, despertou cedo para os inconvenientes da ditadura e se tornou voz opositora ao regime. Dos ensaios ao poema, Fernando Pessoa percorre um caminho que vai da análise da situação política e da crítica ao governo até a constatação da tirania

Tanto a imagem de Salazar propalada pelos textos literários como as considerações dos pesquisadores fornecem elementos que nos permitem concluir que o título de “Grande Português de Todos os Tempos” não deveria ser atribuído a alguém como Salazar, um ditador (e esta palavra já encerra em seu significado razão fundamental para que não recebesse prêmio algum), que se manteve no poder graças ao medo e à manipulação.

Para que não se repitam, momentos históricos como o Estado Novo precisam ser lembrados, captando os aspectos ruins, sem suavizá-los ao longo dos anos. Por isso, Torgal ressalta que o adequado é caracterizar a época de forma objetiva, sem fugir de uma política da memória:

E quando nos referimos a “política da memória” – como foi realizada habilmente na Alemanha, por exemplo, no Centro de Documentação de Nuremberga – estamos a referir-nos, obviamente, a uma ação científica e pedagógica de observação de factos que caracterizam fundamentalmente o Salazarismo. Caso contrário, a imagem branqueadora que se vende tende claramente a ultrapassar os textos de investigação, muito mais difíceis de chegar ao grande público, que procura sobretudo a leitura fácil e atraente (TORRAL, 2008, p. 29).

A imagem branqueadora, que chega à maioria da população, favorece a negação do fascismo português e impede a construção da memória coletiva imune ao abrandamento. É, sobretudo, na ausência da memória objetiva que o fazer da literatura – a faina ininterrupta contra o esquecimento – se torna mais grave.

Nesse sentido, o criador dos heterônimos deixou, através dos ensaios e da verve satírica, um registro lúcido das mazelas do salazarismo. Mais de setenta anos distante de Fernando Pessoa, Valter Hugo Mãe – que assistiu, na infância, à queda do Estado Novo e à transição política – conduz o protagonista do romance ao exercício da recordação e do enfrentamento da culpa, indispensáveis, conforme asseveram Arendt (2008) e Lourenço (1976), para o traumatismo salutar, que envolve a constituição da memória de um tempo sombrio, como foi o Estado Novo.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. E-book.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. E-book.

BARRETO, José. O fascismo e o salazarismo vistos por Fernando Pessoa. *Estudos italianos em Portugal*, Coimbra, n. 8, p. 99-123, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.14195/0870-8584_8_7. Acesso em: 12 nov. 2020.

DACOSTA, Fernando. *Máscaras de Salazar*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LOURENÇO, Eduardo. *O fascismo nunca existiu*. Lisboa: Don Quixote, 1976.

MÃE, Valter Hugo. *A máquina de fazer espanhóis*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2019.

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Tradução de Yara Aun Khoury. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PESSOA, Fernando. Antônio de Oliveira Salazar. In: PESSOA, Fernando. *Da República (1910-1935)*. Lisboa: Ática, 1979a. p. 349. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/4357>. Acesso em: 10 set. 2020.

PESSOA, Fernando. Carta ao Presidente da República. In: PESSOA, Fernando. *Pessoa inédito*. Lisboa: Livros Horizonte, 1993a. p. 231. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/1729>. Acesso em: 10 set. 2020.

PESSOA, Fernando. O interregno. In: PESSOA, Fernando. *Da República (1910-1935)*. Lisboa: Ática, 1979b. p. 110. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2836>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PESSOA, Fernando. O prof. Salazar tem, em altíssimo grau, as qualidades secundárias. In: PESSOA, Fernando. *Pessoa inédito*. Lisboa: Livros Horizonte, 1993b. p. 222. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/4101>. Acesso em: 10 set. 2020.

PESSOA, Fernando. Sim, sou situacionista. Mas vamos lá a uma coisa. In: PESSOA, Fernando. *Pessoa inédito*. Lisboa: Livros Horizonte, 1993c. p. 217. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/4036>. Acesso em: 10 set. 2020.

REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica na origem do Salazarismo. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 69-88, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20363/10785>. Acesso em: 10 out. 2020.

ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder, a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-china, 2013.

TORGAL, Luís Reis. "O fascismo nunca existiu...": reflexões sobre as representações de Salazar. In: TORGAL, Luís Reis. *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 16-29. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0810-5_2. Acesso em: 22 set. 2020.

Para citar este artigo

SOUZA, Ana Beatriz Abreu de; DUARTE, Carina Marques. Um tempo e um homem sombrio: o Estado Novo e Salazar nas obras de Fernando Pessoa e Valter Hugo Mãe. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 10, n. 3, p. 990-1007, set.-out. 2021.

As autoras

Ana Beatriz Abreu de Souza é acadêmica do curso de Letras, com habilitação em Português e Inglês, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista de Iniciação Científica. É colaboradora no projeto de pesquisa "Metáfora e voz da tradição em tempos sombrios nas literaturas de língua portuguesa" e atua como pesquisadora no Grupo de Pesquisa Literatura e Tempos Sombrios (UFMS/CNPq).

Carina Marques Duarte é professora adjunta de Literatura Portuguesa na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou estágio pós-doutoral em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É líder do Grupo de Pesquisa Literatura e Tempos Sombrios.